ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº DI0533/2026
Processo Administrativo nº 42.376/2026

1. PREÂMBULO

1.1. Torna-se público que o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ARACAJU, por meio da Diretoria Administrativo Financeira, realizará Dispensa de Licitação Eletrônica para aquisição especificada a seguir, com escoras no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 7.177/2023 e da Instrução Normativa Conjunta PGM/CGM/SEPLOG nº 002/2023.

Local da sessão: LICITANET (https://www.licitanet.com.br)

Período para envio de propostas: (de 10/11/2026 às 09:00h até 13/11/2026 às 09:00h)

Período da etapa de lances: (de 13/11/2026 às 09:00h até 13/11/2026 às 15:00h)

2. OBJETO

2.1. Aquisição de materiais de apoio institucional, acessibilidade e recepção dos segurados, destinados a estruturar e viabilizar o pleno funcionamento das atividades do Núcleo Psicossocial do Instituto de Previdência do Município de Aracaju – AJUPREV.

2.2. O critério de julgamento adotado será de menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso e seus anexos.

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA

3.1. A participação na presente dispensa de licitação eletrônica se dará através do LICITANET, disponível no endereço eletrônico https://www.licitanet.com.br.

3.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão ou entidade promotora do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.3. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço https://www.licitanet.com.br/dispensa, para acesso ao sistema e operacionalização.

3.4. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Aviso e seus anexos, cujo ramo de atividade seja compatível com o serviço desta contratação.

3.5. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

3.5.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.5.2. Que estejam cumprindo a penalidade de impedimento de licitar e contratar imposta por órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta do Município

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

de Aracaju, ou penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública imposta por qualquer ente federativo;

3.5.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.5.4. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

(a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

(b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

(c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

(d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

(e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

(f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.5.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.5.6. Aplica-se o disposto na alínea “c” do item 3.4.4 também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.5.8. Constituídos sob a forma de consórcio, em razão da baixa complexidade da contratação;

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação deste Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica indicado nos itens 1.1 e 3.1 deste Aviso, a proposta com a descrição do serviço ofertado, observando-se as exigências constantes no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.2.1. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas neste Aviso e seus anexos, inclusive quanto a especificações do serviço. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.2.2. **Após o envio da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo órgão ou ente contratante.**

4.2.3. A proposta de preços encaminhada deverá conter a(s) seguinte(s) declaração(ões):

- Declaração, sob pena de inabilitação, de que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data da entrega da proposta.

4.2.4. Todas as especificações do serviço contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o fornecedor.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do serviço;

4.3.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta ou na planilha de custos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.6. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**, assumindo o proponente o compromisso de executar o serviço nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, se for o caso, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5. DO PROCEDIMENTO DE DISPUTA

5.1. A partir das 09:00 horas da data estabelecida no item 1.1 deste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. Os lances deverão ser ofertados individualmente para cada um dos dois LOTES, considerando o valor unitário do lote respectivo.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do serviço e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

6.2.1. Nesse caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

6.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

6.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta adequada ao último lance ou ao valor negociado e, se necessário, de documentos complementares.

6.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.4.1. Contiver vícios insanáveis;

6.4.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas deste Aviso ou de seus anexos;

6.4.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.4.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus anexos, desde que insanável;

6.4.6. Identificar o fornecedor nos campos do sistema que sejam de acesso público antes do encerramento da sessão de disputa de lances, por violar o sigilo das propostas.

6.5. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o serviço, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.5.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a uma parcela ou à totalidade da remuneração.

6.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.6.1. O prazo para atendimento à diligência será de até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da notificação pelo agente público.

6.6.2. Eventual pedido de dilação de prazo deve ser devidamente formalizado com a justificativa correspondente e encaminhado antes de expirado o prazo inicial, o qual será analisado pela Administração quanto à aceitabilidade ou não da justificativa apresentada.

6.6.3. Tanto em caso de deferimento quanto em caso de negativa do pedido, o agente público responsável deverá encaminhar manifestação formal ao fornecedor.

6.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do serviço, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

serviço.

6.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.9. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

6.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista constam no **ANEXO I** deste Aviso, e para fins de habilitação econômico-financeira e qualificação técnica constam no do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**, e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

7.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/cnep);

3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

4 Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

5 Cadastro de Licitantes/Contratados Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública de Aracaju – CADIMP;

6 Relatório de Pessoas Físicas e Jurídicas Proibidas de Contratar com o Poder Público do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe - TCE/SE.

7.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "a", "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

7.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

7.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Cadastro do Fornecedor no Sistema de Dispensa Eletrônica (endereço eletrônico), nos documentos por ele abrangidos.

7.3.1. **É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do seu cadastro no Sistema de Dispensa Eletrônica para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada**.

7.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedades cooperativas, conforme estatui o artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

7.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital através do Sistema de Dispensa Eletrônica ou do endereço eletrônico previdencia@aracaju.se.gov.br, no prazo de 3 (três) horas, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

7.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada através do sistema a nova data e horário para a sua continuidade.

7.7. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ressalvado o disposto no item 7.3.2, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.7.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do serviço e as condições de habilitação.

7.7.2. No caso de inabilitação, para as dispensas destinadas à ampla participação dos interessados, haverá nova verificação de eventual ocorrência do empate ficto previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

7.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.9. Para fins de integração ao sistema de pagamento utilizado pela Prefeitura de Aracaju, é imprescindível que o(s) fornecedor(es) adjudicatário(s) esteja(m) cadastrado(s) no portal www.aracajucompras.se.gov.br antes de formalizada a contratação. Em havendo dúvida, poderá entrar em contato com a Coordenação de Controle de Fornecedores e Materiais – COCMAT/CLL, da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do e-mail aracaju.compras@aracaju.se.gov.br ou do telefone (79) 4009-7836.

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dias) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato **ou** aceitar instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).

8.1.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação do instrumento equivalente poderá ser prorrogado apenas uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificável aceito pela Administração.

8.1.3. Decorrido o prazo e não tendo o fornecedor respondido à convocação, perderá o direito à contratação e estará sujeito às penalidades descritas neste Aviso de Contratação Direta e no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**, consoante estabelecido no artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. O Aceite do instrumento equivalente ao Contrato, emitido à empresa adjudicada, implica o reconhecimento de que:

8.2.1. Referido documento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

8.2.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

8.2.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.3. Na assinatura do contrato ou aceite do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

9.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

9.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do serviço da licitação sem motivo justificado;

9.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa de licitação ou a execução do contrato;

9.1.9. Fraudar a dispensa de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

9.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

(a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

(b) Multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.1 a 9.1.12, consoante gradação discriminada no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**;

(c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Aracaju, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

(d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, isenta o fornecedor da obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou processo administrativo de responsabilização.

9.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O procedimento será divulgado no Sistema de Dispensa Eletrônica (endereço eletrônico), no Portal Aracaju Compras (www.aracajucompras.se.gov.br), no Diário Oficial do Município de Aracaju (www.aracaju.se.gov.br ou http://sga.aracaju.se.gov.br:5011/legislacao/faces/diario_form_pesq.jsp) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br).

10.2. A presente Dispensa Eletrônica de Licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ARACAJU – ARACAJU PREVIDÊNCIA, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da dispensa.

10.3. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.3.1. Republicar o presente Aviso com uma nova data;

10.3.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

10.3.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.3.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.4. As providências dos subitens 10.3.1 e 10.3.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

10.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

10.7. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente público responsável da Administração na respectiva notificação.

10.8. Da contagem dos prazos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes no ARACAJU PREVIDÊNCIA.

10.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.10. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.11. É facultada ao agente público ou à autoridade superior do ARACAJU PREVIDÊNCIA, em qualquer fase da dispensa, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

10.12. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.13. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.14. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.15. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

10.16. Os casos omissos serão decididos pelo agente público em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Leis citados no preâmbulo deste Aviso.

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

Aracaju SE, 10 de novembro de 2026.

Bárbara de Oliveira Sales Medeiros
Agente de Contratação/AJUPREV - PMA

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.767/1971.

1.4. Os documentos de habilitação jurídica elencados deverão estar acompanhados de todas as alterações que tenham sido realizadas e registradas perante o órgão competente, ou apresentar a última alteração realizada e registrada, desde que traga em seu bojo a consolidação da versão final do ato constitutivo.

2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Distrital/Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o serviço contratual;

2.8. Prova de regularidade com a Fazenda do Município de Aracaju, em observância ao disposto nos incisos II e III do art. 75 da Lei Municipal nº 1.547/1989.

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

2.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais **ou** distritais/municipais relacionados ao serviço contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.10. Caso o fornecedor detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa equiparada deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

3. Declarações gerais

3.1. Declaração, sob pena de inabilitação, de que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.2. Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega da proposta.

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo Memorando nº 42.376/2026

1 OBJETO

1.1 Aquisição de materiais de apoio institucional, acessibilidade e recepção dos segurados, destinados a estruturar e viabilizar o pleno funcionamento das atividades do Núcleo Psicossocial do Instituto de Previdência do Município de Aracaju – AJUPREV, promovendo o acolhimento, orientação e suporte aos segurados, aposentados e pensionistas, conforme condições, quantidades e especificações contidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.2 **Natureza do objeto**: Compreendido nos incisos X e XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.3 **Critério de julgamento:** Menor preço.

1.4 **Modo de disputa:** Conforme Inciso II do Art. 75, da lei 14.133/2021, a disputa será realizada em modo aberto.

1.5 **Lance:** Os lances deverão ser ofertados individualmente para cada um dos 2 (dois) LOTES, considerando o valor unitário do lote respectivo.

2 JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por objetivo a aquisição de materiais de apoio institucional, acessibilidade, proteção individual e suporte a primeiros socorros de caráter estritamente emergencial, visando suprir as demandas decorrentes do atendimento ao público e da expansão das atividades do Núcleo Psicossocial do Instituto de Previdência do Município de Aracaju – AJUPREV.

2.2. A aquisição mostra-se indispensável para viabilizar as ações de acolhimento, orientação e suporte psicossocial destinadas aos segurados, aposentados, pensionistas e seus familiares. O fornecimento desses materiais garantirá a infraestrutura adequada e segura para a realização de

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

oficinas, escutas qualificadas e projetos específicos, promovendo um atendimento humanizado, a valorização das pessoas e o bem-estar emocional e social dos beneficiários no âmbito do Instituto.

2.3. Esclarece-se, para todos os fins de direito, que a presente aquisição possui finalidade meramente administrativa, operacional e de segurança do trabalho, destinada a suprir necessidades de proteção individual, higiene, assepsia predial e suporte emergencial de primeiros socorros nas dependências do Instituto, em observância às normas de segurança ocupacional dos servidores e garantindo acolhimento seguro aos segurados, aposentados e pensionistas.

2.4. A contratação justifica-se, ainda, pela inexistência de estoque suficiente e pela necessidade contínua de suprimentos padronizados para a manutenção das rotinas de acolhimento e suporte institucional do Núcleo Psicossocial, garantindo a continuidade e a segurança dos serviços prestados aos segurados.

2.5. Quanto à adoção do critério de julgamento organizado em dois LOTES, justifica-se pelo agrupamento dos itens segundo sua natureza, afinidade técnica e semelhança de mercado, permitindo a ampla participação de fornecedores especializados em cada segmento do objeto.

2.6. A divisão em lotes específicos mostra-se a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, pois otimiza a logística de fornecimento, simplifica o recebimento e a gestão contratual, além de evitar o fracionamento excessivo e a dispersão administrativa na fiscalização das entregas.

2.7. Ademais, a distribuição dos itens em dois lotes preserva e estimula a competitividade do certame, visto que atende à lógica do mercado fornecedor, favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em estrita observância aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e do interesse público.

3 MODELO DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

3.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	CÓD.	UN.	QT	VALOR	VALOR

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

					D.	MÉDIO R$	TOTAL R$
1	01	**Oxímetro de pulso portátil**, destinado à medição não invasiva da saturação de oxigênio no sangue (SpO2) e frequência cardíaca (pulso). Visor/display digital em LED ou OLED de alta resolução, com indicação de carga de bateria e gráfico de barra de pulso. Faixa de medição de SpO2 entre 70% e 100% (precisão mínima de ±2%) e frequência cardíaca de 30 a 250 bpm. Desligamento automático após período de inatividade. Registro ativo na ANVISA e selo de conformidade do INMETRO.	49571	Un.	01	R$ 129,36	**R$ 129,36**
	02	**Touca descartável tipo sanfonada**, fabricada em Tecido Não Tecido (TNT) 100% polipropileno, na cor branca. Possui acabamento em elástico duplo em toda a borda, proporcionando ajuste firme e confortável à cabeça sem compressão excessiva. Hipoalergênica, atóxica, não estéril e de uso único.Registro ou Notificação na ANVISA.	24887	Pct.	10	R$ 9,39	**R$ 93,90**
	03	**Luva**, fabricada em látex de borracha natural de alta qualidade (ou nitrílica), ambidestra, superfície lisa nas pontas dos dedos, com punho com bainha/orla para facilitar a colocação. Alta sensibilidade tátil e resistência à tração e perfuração. Não estéril, de uso único. Tamanhos variados (P, M, G a definir na ordem de fornecimento). Registro na ANVISA ou Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho.	91770	Cx.	10	R$ 29,02	**R$ 290,20**
	04	**Algodão hidrófilo** em rolo, 100% puro algodão, alvejado, isento de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes corretivos e alvejantes ópticos. Macio, altamente absorvente, neutro, atóxico e hipoalergênico. Pacote de 500g,embalado individualmente em plástico	53274	Rol	10	R$ 26,79	**R$ 267,90**

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

		resistente que garanta a integridade e higiene do produto. Registro na ANVISA e conformidade com a Farmacopeia Brasileira.					
	05	**Máscara de proteção facial descartável**, não cirúrgica, na cor branca. Confeccionada em Tecido Não Tecido (TNT) de estrutura tripla, destinada à proteção de uso geral e barreira de gotas. Possui 3 camadas sobrepostas, fixação por elásticos auriculares macios e confortáveis, e clipe/tira nasal moldável para melhor ajuste anatômico ao rosto. Hipoalergênica, atóxica, isenta de fibra de vidro, de uso único e descartável. Registro na ANVISA e atendimento às normas ABNT NBR 15052.	13373	Pct.	10	R$ 17,97	**R$ 179,70**
	06	**Medidor de pressão arterial digital e automático de braço**. Realiza medições de pressão sistólica, diastólica e frequência cardíaca pelo método oscilométrico. Visor de cristal líquido (LCD) de fácil visualização, com indicador de nível de pressão arterial, indicador de arritmia cardíaca e memória para armazenamento de leituras com data e hora. Braçadeira ergonômica ajustável para circunferência de braço adulto (aprox. 22 cm a 42 cm). Registro na ANVISA, Portaria de aprovação de modelo pelo INMETRO/IPEM.	33822	Un.	01	R$ 135,69	**R$ 135,69**
	07	**Estetoscópio profissional de ausculta dupla** em aço inoxidável para uso adulto e pediátrico/infantil. Diafragma ajustável de alta sensibilidade acústica em ambos os lados. Tubo condutor duplo ou único em PVC de alta durabilidade, livre de látex, na cor preta. Hastes/auriculares em aço inox com ângulo anatômico e mola ajustável. Registro ativo na ANVISA.	84741	Un.	01	R$ 248,99	**R$ 248,99**
	08	**Álcool etílico hidratado** em solução líquida na	36349	L	10	R$ 12,53	**R$ 125,30**

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

		concentração de 70% INPM (70° GL). Destinado à antissepsia da pele e desinfecção de superfícies fixas e artigos não críticos. Solução incolor, limpa, isenta de depósitos ou impurezas em suspensão. Notificação/Registro na ANVISA e conformidade com as RDCs vigentes da ANVISA para saneantes/antissépticos.					
	09	**Termômetro digital de contato**, com haste/ponta flexível, impermeável, próprio para medição axilar e oral. Visor digital em LCD para visualização da temperatura em graus Celsius (°C). Faixa de medição entre 32,0°C e 42,9°C com precisão de ±0,1°C. Registro na ANVISA e Certificado de Verificação do INMETRO.	111269	Un.	02	R$ 14,70	**R$ 29,40**
						Valor do Lote 1	**R$ 1.500,44**
2	10	**Cadeira de rodas manual**, dobrável, destinada ao uso adulto, com estrutura reforçada em aço carbono ou alumínio de alta resistência, capaz de suportar usuários com peso de até 160 kg. O equipamento deve proporcionar segurança, conforto e facilidade de mobilidade, confeccionado com materiais resistentes, garantindo estabilidade e praticidade no transporte e armazenamento. As dimensões aproximadas da cadeira deverão ser: largura 53 cm, profundidade do assento: 44 cm, altura do assunto: 52 cm; apoio de pés e encosto ajustável; apoio de braços acolchoados, escamoteáveis; freios bilaterais; com cinto de segurança; pneus antifuro ou semirrígidos; material do assento e encosto nylon duplo;	108652	Un.	01	R$ 854,93	**R$ 854,93**
	11	**Cadeira de rodas hidrolight ac30 plus size**, dobrável com sistema duplo x tubular, desenvolvida para oferecer máxima segurança, conforto prolongado e resistência superior. Com	61960	Un.	01	R$ 1.815,67	**R$ 1.815,67**

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

		estrutura reforçada em aço carbono (durabilidade excepcional, mantendo estabilidade mesmo sob uso intenso), assento extra largo de 61 cm (seguro para diferentes biotipos) e capacidade para 250 kg, é a solução ideal para usuários que precisam de estabilidade, robustez e bem-estar no uso diário.					
						Valor do Lote 2	**R$ 2.670,60**
Valor Global							**R$ 4.171,04**

3.2 Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Termo de Referência, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação.

3.2.1 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, as empresas de pequeno porte, os microempreendedores individuais e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

3.3 A obtenção do benefício a que se refere o item 3.2.1., fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte, aos microempreendedores individuais e às cooperativas que, no ano-calendário de realização do processo de contratação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.4 Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação os fornecedores que se enquadrem na situação a seguir:

3.4.1 Constituídos sob a forma de Consórcio, o qual se justifica devida a baixa complexidade do objeto.

3.5 Os serviços serão destinados à ampla participação entre os interessados, sendo o objeto auxílio essencial para o andamento das atividades administrativas.

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O fornecimento dos materiais ocorrerá de forma integral e em remessa única, conforme a necessidade do Instituto de Previdência do Município de Aracaju – AJUPREV, mediante solicitação ou ordem de fornecimento emitida pela contratante, contendo a discriminação total dos itens, especificações, data, horário e local de entrega;

4.2. A solicitação para a entrega integral dos materiais será realizada pela contratante mediante emissão da ordem de fornecimento, devendo a contratada efetuar o cumprimento no prazo estabelecido no instrumento convocatório/contrato, garantindo o imediato abastecimento e a estruturação das atividades do Núcleo Psicossocial;

4.3. A entrega e o manuseio dos materiais deverão ser realizados com observância estrita às normas técnicas e de segurança vigentes, utilizando-se embalagens adequadas, transporte apropriado e insumos integralmente compatíveis com as especificações constantes no Termo de Referência;

4.4. Todos os materiais e insumos fornecidos deverão apresentar comprovada qualidade, prazo de validade adequado e total conformidade com as especificações deste Termo de Referência, sendo vedada a entrega de itens de segunda linha, defeituosos, danificados, recondicionados ou em desacordo com os padrões exigidos pelos fabricantes e órgãos reguladores;

4.5. A entrega integral dos materiais ocorrerá no local indicado pela contratante, no âmbito do município de Aracaju/SE, em data e horário previamente agendados na ordem de fornecimento, devendo a contratada responsabilizar-se integralmente pelo transporte, descarga, conferência, logística e pontualidade no atendimento;

4.6. Os quantitativos totais dos materiais, a distribuição por lotes e as especificações de cada item a ser fornecido constarão expressamente da ordem de fornecimento, devendo a contratada atender com exatidão aos requisitos técnicos necessários ao pleno funcionamento do Núcleo Psicossocial;

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

4.7. A contratada deverá substituir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela contratante, quaisquer materiais ou insumos fornecidos que apresentem vícios, defeitos, avarias de transporte, prazo de validade inadequado ou qualquer desconformidade com as especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos neste Termo de Referência.

5 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. Serão selecionados os fornecedores cujas propostas apresentem o menor preço por LOTE (Lotes 1 e/ou 2), desde que atendam integralmente às especificações do objeto constantes neste Termo de Referência, bem como aos critérios de habilitação exigidos no Aviso de Contratação Direta;

5.2. A contratação organizada em dois lotes específicos justifica-se pelo agrupamento dos materiais segundo a sua natureza, afinidade técnica e semelhança de mercado, mostrando-se a alternativa mais vantajosa para a Administração sob os aspectos técnico, operacional e econômico;

5.3. O agrupamento dos itens nos respectivos lotes visa otimizar a logística de fornecimento, simplificar o recebimento e a fiscalização contratual, garantindo a padronização dos insumos destinados ao Núcleo Psicossocial, sem prejuízo da ampla competitividade do certame e da busca pela proposta mais vantajosa;

5.4. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, bem como a qualificação técnica necessária, observarão os requisitos usuais disciplinados no Termo de Referência e detalhados no Aviso de Contratação Direta, garantindo a seleção de fornecedores capacitados para o atendimento integral da demanda.

5.5. **Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor são**:

5.5.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor até 90 (noventa) dias antes da data de abertura da sessão;

5.5.1.1. Caso a licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá apresentar comprovação do acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial.

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

5.6. **Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor são:**

5.6.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e natureza com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento ou entrega de materiais similares aos itens que compõem o(s) lote(s) pretendido(s).

5.6.2. O fornecedor disponibilizará, caso solicitado pelo agente público, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, encaminhando, dentre outros documentos, cópia do contrato que lastreou a contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Efetuar o pagamento à Contratada nas condições e preços pactuados;

6.2. Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada a todos os locais onde se fizerem necessários para a execução da entrega ou descarga dos materiais;

6.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar o recebimento dos materiais e o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor ou comissão especialmente designada;

6.4. Verificar minuciosamente, nos prazos fixados, a conformidade dos materiais e insumos recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento dos materiais, determinando o que for necessário à regularização de eventuais faltas, avarias ou desconformidades observadas;

6.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais e insumos entregues em desacordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência, com avarias, prazo de validade inadequado ou defeitos de fabricação, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021;

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

6.7. Notificar por escrito a Contratada sobre a rejeição ou não aceitação dos materiais, para que seja efetuada a substituição no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis;

6.8. Aplicar as sanções administrativas contratuais, quando necessário;

6.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Obrigações gerais

7.1.1. Fornecer os materiais e insumos objeto desta contratação estritamente de acordo com as condições, especificações técnicas, quantitativos e prazo de entrega estabelecidos neste Termo de Referência, observando os padrões de qualidade e validade exigidos;

7.1.2. Substituir, obrigatoriamente e às suas expensas, os materiais e insumos fornecidos com defeitos, avarias de transporte, prazo de validade inadequado ou em desconformidade com as especificações exigidas neste Termo de Referência, no prazo estipulado pelo fiscal do contrato ou na ordem de fornecimento;

7.1.3. Manter, durante toda a execução do contrato e cumprimento da obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação;

7.1.4. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em observância à legislação vigente;

7.1.5. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, bem como dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade observada na entrega dos materiais;

7.1.6. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, razão social, dados de contato e conta bancária cadastrada para fins de recebimento de pagamentos;

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

7.1.7. Comunicar, imediatamente, por meio de ofício ou pelo e-mail previdencia@aracaju.se.gov.br, a ocorrência de qualquer motivo de força maior ou caso fortuito que impossibilite o cumprimento do prazo de entrega estipulado;

7.1.8. Submeter-se e disponibilizar-se a toda e qualquer fiscalização da Contratante no tocante à conferência e recebimento dos materiais e insumos;

7.1.9. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados à Contratante ou a terceiros durante o transporte, descarga ou manuseio dos materiais, mesmo na ausência ou omissão de fiscalização;

7.1.10. Responsabilizar-se por quaisquer multas, indenizações ou despesas imputadas em decorrência do descumprimento de leis ou regulamentos aplicáveis à execução do objeto;

7.1.11. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e comerciais resultantes da execução do contrato;

7.1.11.1. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Contratante a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato;

7.1.12. Autorizar a Contratante a descontar o valor correspondente a eventuais danos, prejuízos ou multas diretamente dos pagamentos que lhe forem devidos, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

7.1.13. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato ou os direitos dele decorrentes sem a prévia e expressa anuência da Contratante;

7.1.14. Utilizar pessoal capacitado e munido de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados para o transporte, manuseio e descarregamento das mercadorias nos locais indicados pela Contratante;

7.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações, dados e rotinas institucionais obtidos em decorrência da execução do contrato.

7.2. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

8. OBRIGAÇÕES RELATIVAS À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD / CÓDIGO DE ÉTICA E A POLÍTICA DE SEGURANÇA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ARACAJU;

8.1. As partes declaram ciência e anuência à obrigação de cumprimento das disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação;

8.1.1. A Contratada declara ter ciência de que os dados a que tiver acesso devem ser utilizados apenas para as finalidades indicadas pela Contratante e de acordo com a boa-fé e com os princípios constantes no art. 6º da LGPD;

8.1.2. É expressamente vedado o compartilhamento de dados pessoais;

8.1.2.1. No caso de uma excepcionalidade, caberá à Contratada informar à Contratante prévia e formalmente, ficando o compartilhamento condicionado à sua autorização expressa;

8.1.2.2. Sendo o consentimento do titular a única base legal utilizada para o tratamento de dados pessoais, a autorização de que trata o inciso I estará condicionada à assinatura de novo Termo de Consentimento pelo titular de dados, a ser providenciado única e exclusivamente pela Contratante;

8.1.3. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

8.1.4. É dever da contratada fomentar e disponibilizar treinamento e ações de conscientização relacionados à Proteção de dados pessoais e Privacidade aos responsáveis pela execução do contrato, garantindo, assim, a implementação de Boas Práticas e Governança, nos termos dos artigos 50 e 51 da LGPD;

8.1.5. A Contratante poderá realizar diligência e/ou auditorias para aferir o cumprimento de todos os itens constantes na presente cláusula, devendo a Contratada atender

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, em prazo não superior a 2 (dois) dias úteis;

8.1.6. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável uma única vez mediante justificativa aceita pela Contratante, quaisquer informações acerca dos dados pessoais tratados em decorrência do presente contrato para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

8.1.7. A Contratada declara estar ciente e de acordo de que as previsões desta cláusula estão sujeitas a alterações, mormente no que diz respeito aos procedimentos de tratamento de dados pessoais;

a) As alterações a que se refere o item 8.1.7. podem ocorrer quando indicado pela Contratante e/ou pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD;

b) Nas hipóteses a que se refere o item 8.1.1.6, a alteração será formalizada por intermédio de assinatura de Termo Aditivo ao Contrato;

8.1.8. Fica estabelecida a vedação de transferência de dados pessoais constantes na base de dados da Contratante a empresas privadas, com exceção à previsão dos incisos I a V do § 1º do artigo 26 da LGPD;

8.1.9. Ocorrendo a hipótese de comunicação ou uso compartilhado de dados pessoais entre as partes, a Contratante informará à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) no prazo e na forma previstos no § 2º do art. 26 da LGPD;

8.1.10. A Contratada declara que tomou conhecimento e está de acordo com as disposições contidas no Código de Ética e na Política de Segurança da Informação do Aracaju Previdência, disponíveis no endereço eletrônico: https://transparencia.aracaju.se.gov.br/previdencia/.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação será de **R$ 4.171,04 (quatro mil, cento e setenta e um reais e quatro centavos)**.

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

10. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual por ordem da Administração, o prazo estipulado para a entrega dos materiais será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples termo de apostilamento ao contrato;

10.3. A Contratante exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução do objeto contratado, por meio de gestor e fiscal integrantes, a serem oportunamente designados, nos termos do art. 19 do Decreto Municipal nº 7.178/2023 e dos artigos 69 a 86 da Instrução Normativa Conjunta PGM/CGM/SEPLOG nº 002/2023;

10.3.1. O fiscal designado acompanhará e anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

10.3.2. O fiscal designado informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas necessárias, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

10.3.3. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, na forma dos artigos 74 e 75 do Decreto Municipal nº 7.177/2023, e dos artigos 316 e 317 do Decreto Municipal nº 7.178/2023, conforme o caso;

10.3.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o artigo 120 da Lei nº 14.133/2021.

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

11. PAGAMENTO, CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 Do pagamento

11.1.1. Deverá ser realizada a liquidação da despesa no prazo de até 10 (dez) dias do atesto da Nota Fiscal, com o posterior pagamento por meio de crédito em conta bancária de titularidade da Contratada/boleto, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do aceite da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente certificada pelo fiscal do contrato, responsável pelo recebimento do objeto;

11.1.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

11.1.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser emitida em conformidade com as unidades de medida indicadas no item 3 deste Termo de Referência;

11.1.4. Os fornecedores sediados fora do Município de Aracaju devem emitir o Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS a cada serviço prestado, através de prévio cadastro na página eletrônica do Município de Aracaju, na forma do Decreto Municipal nº 3.393/2011 e suas alterações;

11.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

11.1.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

11.1.7. Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

11.1.8. Para fins de verificação da manutenção dos critérios de habilitação, o(a) contratado(a) deverá, na forma do inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021, apresentar, junto ao documento de cobrança, prova de regularidade perante o FGTS – CRF, Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio do contratado, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

11.1.9. Se, transcorrido o prazo concedido sem que a Contratada tenha apresentado o documento faltante ou a comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, o ente contratante deve adotar as providências cabíveis relativas à rescisão contratual com espeque no inciso I do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;

11.1.10. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE;

11.1.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas com o pagamento do referido objeto correrão à conta de recursos consignados no Orçamento do Município de Aracaju, atendido pela dotação orçamentária abaixo especificada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROJETO OU ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
21201	09.122.0127	xxxxxxxx	xxxxxxxx	18020000

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e da liberação dos créditos correspondentes, mediante termo de apostilamento ao contrato.

13.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.17. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Aviso de Contratação Direta, consoante gradação da penalidade de multa compensatória discriminada a seguir;

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

10.18. Para a infração de inexecução parcial do Contrato ou equivalente incidirá multa de até 10%;

10.19. Para a infração de inexecução parcial do contrato ou equivalente que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo incidirá multa de até 30%;

10.20. Para a infração de deixar de entregar a documentação exigida para o certame incidirá multa de até 10%;

10.21. Para a infração de não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado incidirá multa de até 10%;

10.22. Para o atraso injustificado na entrega do objeto do item pelo período de até 01 (um) dia corridos incidirá multa de 0,5 a 10%;

10.23. Para o atraso injustificado na entrega do objeto do item pelo período superior de 01 (um) dia incidirá multa de 10 a 20%;

10.24. Para a infração de apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa de licitação ou a execução do contrato ou equivalente, incidirá multa de até 30%;

10.25. Para a infração de fraudar a dispensa de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou equivalente, incidirá multa de até 30%;

10.26. Para a infração de comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, incidirá multa de até 30%;

10.27. Para a infração de praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, incidirá multa de até 30%.

Aracaju SE, 10 de novembro de 2026.

Bárbara de Oliveira Sales Medeiros

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

Agente de Contratação

Assinado por 1 pessoa: BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C e informe o código 2F95-842C-AA54-9F3C

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 2F95-842C-AA54-9F3C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

BÁRBARA DE OLIVEIRA SALES MEDEIROS (CPF 070.XXX.XXX-22) em 10/11/2026 08:36:30 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2F95-842C-AA54-9F3C